COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 179, DE 2003

(Apensos: PLs nºs 2.159/07, 4.688/09, 5.863/09 e 6.394/09)

Dispõe sobre o exercício da atividade policial, disciplinando o uso da força ou de arma de fogo, e dá outras providências.

Autor: Deputado REGINALDO LOPES

Relator: Deputado WILLIAM WOO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 179, de 2003, é de autoria do nobre Deputado Reginaldo Lopes e trata da regulamentação do uso da força e de arma de fogo por parte dos integrantes de instituições policiais.

Em sua justificção, o Autor argumenta sobre a relevância desta proposição, já que procura estabelecer regras de conduta para que o agente policial desempenhe suas funções, especialmente no que tange ao emprego da força e da arma de fogo.

Além disso, aduz que não é possível admitir a tolerância ao cumprimento de ordens ilegais e que a proposição se constitui em marco para uma discussão que possibilitará a definição de uma norma legal que permita coibir os abusos de autoridade no exercício da atividade policial.

Em linhas gerais, o PL 179/2003 estabelece o seguinte:

- a) normas gerais para o emprego da força durante as ações policiais;
- b) normas para o emprego de armas de fogo no exercício da atividade policial;
- c) a obrigatoriedade do emprego de meios alternativos ao uso da arma de fogo, como armas incapacitantes não letais;
- d) normas para identificação dos policiais em operação;
- e) torna obrigatório o fornecimento de equipamento de proteção individual aos policiais;
- f) sanções pelo descumprimento às normas gerais para o uso da força e de armas de fogo no exercício da atividade policial.

A essa proposição foram apensados os PLs nºs 2.159/07, 4.688/09 e 5.863/09, de autoria dos ilustres Deputados Neucimar Fraga, Capitão Assunção e Sueli Vidigal, respectivamente, e que tratam do fornecimento compulsório de coletes de proteção balística para policiais e agentes prisionais. Ao PL nº 4.688/09 foi apensado o PL nº 6.394/09 de autoria do Deputado Capitão Assunção, que assegura o direito aos integrantes das equipes de aviação de cada polícia ou bombeiro de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do art. 144 da Constituição Federal, de receber fardamento antichamas, necessário ao desempenho das funções com segurança. Em suas justificativas, argumentam que o policial e o agente prisional devem ter o direito de que material de segurança lhes seja oferecido pelo Estado.

Além disso, a nobre Deputada Sueli Vidigal propôs que o fornecimento de coletes levasse em consideração a adequabilidade à anatomia feminina.

Os projetos de lei foram distribuídos, por despacho da Mesa, às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos em que dispõem os arts.

24, inciso I e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e estão sujeitos às emendas de plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os Projetos de Lei nºs 179/03, 2.159/07, 4.688/09, 5.863/09 e 6.394/09 foram distribuídos a esta Comissão por referir-se a tema previsto na alínea “d”, inciso XVI, do art. 32, do RICD.

Ao analisarmos o teor das propostas, fizemo-lo com muito cuidado, pois tratam de assuntos dos mais sensíveis nas ações policiais, principalmente àquelas relacionadas ao combate à criminalidade violenta e organizada.

O eixo mestre de nossa análise se fundamenta na necessidade de evitar que o agente da lei perceba-se sancionado *a priori* e discriminado quanto ao exercício da atividade policial no que toca à eventual necessidade do emprego da força e da arma de fogo. Uma vez que a utilização de medidas de força é pressuposto da capacidade coercitiva que o Estado possui para fazer cumprir o bem comum, não é razoável que se estabeleçam normas completamente impeditivas e que, por sua generalidade, possam acabar resultando no desequilíbrio de forças entre aqueles que combatem a criminalidade e os que a praticam.

Senão vejamos, o art. 2º do PL nº 179/03, quando enumera as sete hipóteses para o emprego da força, fica longe de esgotar tais possibilidades, sempre repetindo a expressão “não havendo outro meio disponível”, o que é impossível, no contexto de um enfrentamento entre policiais e criminosos, de aferir-se com absoluta precisão. Tais situações são demasiadamente subjetivas e dependem de decisões que são tomadas em frações de segundos. Segundo esse artigo, em seu inciso I, o policial que perceber que sua vida corre risco pode empregar os meios necessários para fazer cessar a ameaça. O que pode ser mais subjetivo que tal julgamento?

Com essa argumentação, não pretendemos defender que não haja regras e que o agente do Estado não seja responsabilizado pelos seus excessos, mas nos atemos ao mérito da análise já que a norma não traz novidade em relação ao estabelecido para o uso necessário dos meios para a legítima defesa de si ou de terceiros, consagrada em nosso ordenamento jurídico.

O mesmo projeto, ao enumerar, no art 3º, as hipóteses para a utilização das armas de fogo, igualmente, pretende esgotar, com algumas poucas hipóteses, as inúmeras e complexas situações nas quais os nossos bravos policiais se encontram no dia-a-dia, não em gabinetes ou em trabalhos acadêmicos, onde tudo funciona no mundo das idéias, mas na vida real, onde quem leva um tiro cai morto e deixa uma família a chorar.

Entendemos que o agente do Estado, ao fazer uso da força ou dos meios necessários para fazer cumprir a lei, deve ser responsabilizado com base nos instrumentos que já estão disponíveis em nosso ordenamento jurídico. Uma legislação especial a ser aplicada a esses servidores, já tão desgastados diante de toda a sociedade, só representará o aumento do preconceito que já se formou em relação aos agentes da lei. Pensamos que os processos, tanto de investigação, quanto de punição de quem comete excessos no cumprimento de suas missões policiais, devem ser exemplares, mas também imparciais.

O texto do PL 179/03, portanto, generaliza demasiadamente as situações, de forma que até uma análise superficial indica que qualquer agente que utilize de força ou de arma de fogo resta obrigatoriamente culpado. O que realmente desejamos é uma polícia sem nenhuma condição para agir? Essa é uma questão relevante, pois aos criminosos não se aplicam as mesmas regras. Será justo tratar nossos policiais de forma mais dura do que aquela utilizada para punir os que não mostram nenhum respeito pela sociedade em que vivem?

Nossa concepção de combate à violência parte de outros pressupostos. Consideramos que é necessário transformar a cultura dos órgãos de segurança pública pela difusão das boas práticas para a resolução

de conflitos, pelo ensino de disciplinas ligadas aos direitos humanos e pela promoção de crenças e valores apoiados no respeito à pessoa humana. Muito longe disso passa a submissão dos nossos agentes da lei a uma legislação excessivamente dura como se todos, antecipadamente, fossem considerados criminosos ou abusadores de suas prerrogativas.

Além disso, em seu art. 8º, o PL 179/03 cria um grande óbice às investigações policiais quando prevê, como ato de ofício, a necessidade de autorização judicial para a realização de qualquer operação especial. Entendemos que essa é uma ingerência inadequada e excessiva do Poder Judiciário em atividades de combate à criminalidade, que devem ser planejadas e conduzidas pelos seus próprios profissionais.

No que diz respeito aos PLs nºs 2.159/07, 4.688/09, 5.863/09 e 6.394/09, concordamos com seu conteúdo geral. Entendemos que o Estado deve fornecer todos os equipamentos de proteção individual para que os servidores da segurança pública e dos estabelecimentos penais possam trabalhar com toda segurança. Também concordamos com a necessidade dos integrantes das equipes de aviação de cada polícia ou bombeiro de que trata os incisos do art. 144 da Constituição Federal utilizarem fardamento antichamas. Conseqüentemente, resolvemos reunir as boas idéias dessas propostas em um substitutivo no qual definimos ser um direito do profissional de segurança pública receber, de sua instituição, os equipamentos de segurança individual, à semelhança do que já ocorre com qualquer outro trabalhador brasileiro.

No que tange ao uso de meios alternativos às armas de fogo para o cumprimento de missões policiais, percebemos que já é uma realidade em nosso país. Definimos, no parágrafo único do art 3º, a distribuição desses itens como equipamento de proteção individual, uma vez que esse é um dos principais usos que se pode fazer do *spray* de pimenta, por exemplo, quando é distribuído em pequenos invólucros para uso em proveito da segurança do próprio policial.

Esses são os aspectos atinentes a esta Comissão temática que entendemos serem relevantes para a análise do tema. Dessa

maneira, pensamos que não é possível concordar com os termos em que foi redigida a proposta do PL nº 179/03. No entanto, o tema relacionado à proteção dos servidores da segurança pública e do sistema prisional é relevante e urgente.

De acordo com o anteriormente exposto votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 179/03 e pela aprovação dos PLs nºs 2.159/07, 4.688/09, 5.863/09 e 6.394/09 e, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado WILLIAM WOO

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 179, DE 2003 (Aposos: PL 2.159/07, PL 4.688/09, 6.394/09 e PL 5.863/09)

Estabelece normas gerais sobre o fornecimento de equipamentos de proteção individual para integrantes de órgãos de segurança pública e agentes prisionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre equipamentos de proteção individual para integrantes de órgãos de segurança pública e agentes prisionais.

Art. 2º É direito do integrante de órgão de segurança pública e dos agentes prisionais que lhes sejam fornecidos equipamentos de proteção individual, de acordo com o trabalho que realizam.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

a) equipamento de proteção individual - todo dispositivo ou produto, de uso individual, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho;

b) integrante de órgão de segurança pública - todo servidor estadual ou federal que integre os quadros dos órgãos previstos nos incisos I a V do art. 144 da Constituição Federal;

c) agente prisional – todo servidor estadual ou federal que trabalhe em estabelecimento penal.

Parágrafo único. O colete à prova de balas e perfuração, bem como o armamento não letal de uso individual são considerados equipamentos de proteção individual.

Art 4º. São deveres dos órgãos de segurança pública e da administração prisional:

I - adquirir o equipamento adequado ao risco de cada atividade, na forma do regulamento;

II - exigir seu uso;

III - fornecer equipamentos aprovados pelos órgãos nacionais competentes em matéria de segurança e saúde no trabalho e materiais de uso controlado;

IV – fornecer equipamentos especificamente construídos para a anatomia feminina ou masculina, quando aplicável;

V – fornecer uniforme completo antichamas, gratuitamente, a cada dois anos, se necessário, aos integrantes que operem nas áreas de aviação;

a) cada entrega do fardamento antichamas será devidamente anotada na ficha de assentamento funcional ou equivalente;

b) ocorrendo a destruição do fardamento antichamas em virtude do serviço, total ou parcial, e que prejudique a sua eficiência de proteção, fará jus o agente de segurança pública, a novo fardamento desde que continue atuando na área de aviação;

c) no caso de transferência do agente de segurança pública para outra função ou unidade operacional que não a de aviação, fica, o agente de segurança pública, obrigado a restituir a farda antichamas que recebeu gratuitamente.

VI - orientar e treinar o integrante de órgão de segurança pública sobre o uso adequado, guarda e conservação do equipamento; e

VII - substituir imediatamente o equipamento, quando danificado ou extraviado;

VIII - registrar o seu fornecimento do equipamento.

Art. 5º. São deveres do integrante de órgão de segurança pública e do agente prisional:

I – utilizar o equipamento apenas para a finalidade a que se destina;

II - responsabilizar-se pela guarda e conservação;

III - comunicar qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e

IV - cumprir as determinações do órgão sobre o uso adequado.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado WILLIAM WOO
Relator